

País pode usar reservas para pagar juros

Com uma posição bem mais flexível, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, se reúne hoje com os principais negociadores da dívida externa brasileira para definir a proposta a ser encaminhada aos bancos credores, na nova rodada de negociações que começa provavelmente amanhã, em Nova Iorque. Embora o negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, não tenha adiantado qualquer posição do Governo brasileiro, funcionários graduados do Ministério da Economia não descartaram a hipótese de o Brasil sacar das suas reservas internacionais, hoje calculadas em 8,6 bilhões de dólares, para pagar parte dos juros atrasados ainda este ano.

Outra hipótese também em estudo pelo Governo é a utilização de parte da linha de financiamento de 600 milhões de dólares do Banco Mundial (Bird) e do empréstimo de dois bilhões de dólares do Fundo Monetário Internacional (FMI), para fazer uma composição de pagamento. A hipótese de se sacar das reservas, que durante um tempo foi rechaçada pelo Governo, não é mais considerada inviável, segundo revelaram fontes governamentais. O embaixador Jório Dauster não quis comentar esta alternativa, afirmando que qualquer decisão de pagamento dependerá da evolução das reservas internacionais do País e do comportamento do comércio exterior. Além disso, segundo o embaixador, todas as alternativas serão examinadas pelo presidente Fernando Collor.

Os funcionários do Governo garantiram que qualquer pagamento, este ano, somente será efetuado caso as negociações estejam muito bem encaminhadas, com os credores dispostos a aceitar a proposta de capitalização da dívida brasileira e seu pagamento no prazo de até 45 anos. O Governo também não abre mão do conceito de capacidade de pagamento do País, ou seja, somente utilizar para pagamento de dívida os recursos gerados pelo próprio Tesouro e não através de emissão de moeda ou de superávits comerciais. Uma outra alternativa em estudo consiste em retirar da capitalização global da dívida a parcela dos juros atrasa-

ARQUIVO



Dauster: Brasil busca uma conciliação com os credores

dos a ser paga este ano.

Os bancos credores deixaram claro na reunião da semana passada que só aceitam negociar com o Brasil caso seja feito um pagamento de 33 por cento dos juros atrasados, que hoje totalizam cerca de 8,5 bilhões de dólares. O embaixador Jório Dauster informou que os negociadores da dívida brasileira estão agora analisando a proposta dos bancos. Na última sexta-feira, Dauster e os demais negociadores passaram a tarde reunidos com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, discutindo os passos a serem tomados pelo Governo brasileiro. "Estamos analisando a proposta dos bancos. Temos que achar um ponto de conciliação entre a proposta dos credores e a do Governo brasileiro", disse o embaixador. O Governo, segundo funcionários do Ministério da Economia, estaria disposto a fazer um pagamento dos atrasados, mas não nos níveis solicitados pelos credores.

O que Dauster faz questão de deixar claro é que as negociações estão sendo feitas sem qualquer clima de confronto. "Era evidente, natural e compreensível que os bancos retornassem com uma proposta de curto prazo para a questão da dívida. Mas isso não significa que haja qualquer confrontação", assegurou. Dauster frisa que as discussões entre o Brasil e os credores ainda estão muito no início — foram realizadas apenas duas reuniões até agora —, o que demonstra que

há ainda muito espaço para negociação.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) qualificou de "apropriada" a iniciativa do presidente George Bush para criar uma zona de livre comércio continental. A afirmação está contida no "Boletim Mensal" do FMI, que expressa a confiança de que a iniciativa de Bush será apoiada pelo Congresso norte-americano e por outros países industrializados. Bush pediu ao Congresso respaldo político para as negociações formais que fará a partir do dia 26, em Monterrey, com o presidente do México, Carlos Salinas. Bush irá em 2 de dezembro ao Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Venezuela para promover a mesma idéia.

O presidente do FMI, Michel Candessus, disse que a proposta de Bush "ao incorporar de forma apropriada os aspectos-chave do desenvolvimento, tais como a cooperação internacional e a adequada condução econômica interna, contribuirá para integrar a economia da região e melhorar sua competitividade nos mercados internacionais. Candessus disse que o esforço já realizado está dando resultados como no caso do México, Chile, Venezuela e os importantes esforços no Brasil e Argentina. Candessus disse que por esse caminho a América Latina poderia alcançar uma taxa de crescimento real médio anual de 5,5 por cento no período de 1992-1995.